

**HORIZONTES TEÓRICOS PARA DEBATER A CONSTITUIÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS**

Livia Freo Saggin¹
Thaisy Finamor²
Maria Isabel Ramos³

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar e debater ideias de natureza teórica, fruto de observações e de reflexões de três pesquisas que investigam fenômenos da comunicação comunitária em imbricação com o desenvolvimento da cidadania comunicativa. No cerne do trabalho, encontram-se propostas para repensar teoricamente o arranjo e a organização dos ditos movimentos sociais, entendendo-os a partir de uma renovada configuração, de natureza sociocomunicacional. Como aporte metodológico, além de contar com um relato das pesquisas que embasam este artigo, apresenta-se, também, os resultados obtidos através da movimentação de pesquisa da pesquisa, que delineiam a escassez de trabalhos que problematizem os movimentos sociocomunicacionais e suas relações com a conquista da cidadania comunicativa. Como resultado principal, o artigo apresenta ideias e argumentações para a ampliação do entendimento dos movimentos sociocomunicacionais contemporâneos e das ações comunicacionais dos sujeitos partícipes dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; Movimentos sociocomunicacionais; Cidadania; Cidadania comunicativa; Sujeitos comunicantes.

**THEORETICAL HORIZONS TO DEBATE THE CONSTITUTION OF
SOCIOCOMMUNICATIONAL MOVEMENTS**

ABSTRACT

The work aims to present and debate ideas of theoretical nature, coming from observations and reflections that investigate the communitarian communication phenomenon imbricated in the development of communicative citizenship. In the core of this research, there are proposals to rethink theoretically the arrangement and the organization of the so-called social movements, understanding them from a renewed configuration of sociocommunicational nature. As methodological approach, besides counting with a report of researches that base this article, are also presented the results obtained through the movements of research of the research, that delineate the lack of works that problematize the sociocommunicational movements and its relations with the achievement of communicative citizenship. As main result, the article present ideas and

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: liviasaggin@gmail.com.

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: thaisyfinamor@gmail.com.

³ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: misabelramos69@gmail.com.

argumentations to enlarge the understanding of contemporary sociocommunicational movements and the communicational actions of the participant subjects.

KEYWORDS: Social movements; Sociocommunicational movements; Citizenship; Communicative citizenship; Communicant subjects.

INTRODUÇÃO

O trabalho se dedica em apresentar e debater ideias de natureza teórica a partir da observação dos resultados encontrados em três pesquisas nossas, já concluídas (SAGGIN, 2020; FINAMOR, 2018; RAMOS, 2018)⁴. Teoricamente, embasamo-nos na problematização dos conceitos que versam sobre os movimentos sociais e suas lutas pela conquista cidadã (WALLERSTEIN, 2005; CARTER, 2008; VIZER, 2007), caminhando no sentido de ampliação crítica para a concepção de movimentos sociocomunicacionais (GOHN, 2011a, 2011b; CASTELLS, 2013; SAGGIN e BONIN, 2017). Nessa jornada, mostra-se como conceito mediador e interlocutor de transformações a noção de cidadania comunicativa (PERUZZO, 2012, 2013; CAMACHO, 2003; MATA, 2006; CORTINA, 2005; MONJE, 2009; WOTTRICH, 2013), que corrobora para a compreensão de um renovado arranjo e existência conceitual.

O tensionamento e entrelaçamento destes macro-conceitos procura abordar como as modificações oriundas dos processos de penetração das lógicas e sistemas de comunicação na esfera social têm modificado as perspectivas organizacionais e estratégicas dos movimentos sociais contemporâneos, obrigando que se entendam os mesmos segundo um panorama amplificado e de natureza sociocomunicacional.

Nesse sentido, ainda, as renovadas formas de acesso, criação, circulação e produção comunicacionais avistadas junto aos sujeitos – reconhecidos nesta perspectiva como sujeitos comunicantes (MALDONADO, 2014) –, reconfiguram habilidades e capacidades comunicacionais em distintas dimensões: socioculturais, socioeconômicas, ideológicas, políticas, educacionais, éticas e cidadãs.

Frente a isso, o objetivo central deste artigo é estabelecer um tecido teórico-argumentativo que possa fornecer subsídios sólidos para o pensamento teórico sobre a

⁴ Duas delas são Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), cujos objetos foram investigados sob a perspectiva sociocomunicacional. Outra é composta por resultados de Tese de Doutorado, que dialoga com fenômenos de mesma natureza. Ver Saggin (2020), Finamor (2018) e Ramos (2018) nas referências.

constituição dos movimentos sociocomunicacionais, perspectivando suas potencialidades enquanto prática geradora de movimentos construtivos à cidadania comunicativa.

Olhando para o horizonte da produção de problematizações teóricas que dêem conta deste universo em transformação, avistamos uma carência de propostas que delimitem e exemplifiquem conceitualmente os movimentos sociocomunicacionais. Em movimento de pesquisa da pesquisa⁵ (BONIN, 2008) sobre o tema, considerando os últimos cinco anos (2015 - 2019), foram encontradas poucas produções que considerem o arranjo teórico-epistêmico da transição dos tradicionais movimentos sociais para sociocomunicacionais em entrelaçamento com as conquistas cidadãs. Essa movimentação de busca por trabalhos que deem conta de explicar fenômenos semelhantes aos nossos, considerou o rastreamento por palavras-chave⁶ no interior de diferentes bancos de dados. Não obstante, quase 70% dos resultados encontrados⁷ (entre artigos, dissertações e teses) utilizavam a terminologia “sociocomunicacional” - em suas diferentes grafias - como operador semântico, desconsiderando a natureza teórica e epistêmica por detrás da mesma.

Ainda assim, reconhecemos que nossa busca por trabalhos já publicados considerou um número limitado de bancos de dados, não permitindo uma construção panorâmica abrangente. De todo modo, os resultados encontrados apontam para uma insuficiência significativa de propostas teóricas para a área, justificativa pela qual defendemos a pertinência de ampliação desta e de demais pesquisas nesta área temática.

Habitam nos trabalhos que encontramos, entretanto, apontamentos e pistas que delineiam esta concepção, sem que se aborde, ainda, como essa proposta de entendimento se concretiza em objetos empíricos originados no contexto de modificações e atravessamentos debatido.

⁵ Bancos de dados consultados: repertórios da Compós e Intercom; revista Matrizes, revista Comunicação e Educação, revista Intercom, revista Chasqui; banco de teses e dissertações da Capes; Google Acadêmico.

⁶ Palavras-chave utilizadas: movimentos sociocomunicacionais; movimentos sócio-comunicacionais; movimento sociocomunicacional; Movimentos sociais e midiáticos; Movimentos sociais na mídia.

⁷ Neste movimento pontual de pesquisa da pesquisa foram encontrados 12 artigos; 5 dissertações e 2 teses.

Metodologicamente, o artigo conta com a junção das descobertas das três pesquisas já mencionadas, cujos resultados demonstram a imprescindibilidade de que se estenda o debate sobre a existência e funcionamento dos movimentos sociocomunicacionais de modo mais profundo junto às Ciências da Comunicação.

UMA REINVENÇÃO: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ‘TRADICIONAIS’ PARA MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS

Ao considerarmos os resultados encontrados em três de nossas pesquisas anteriores, já completadas (SAGGIN, 2020; FINAMOR, 2018; RAMOS, 2018), argumentamos a presença em curso de uma reinvenção dos movimentos sociais tradicionais para renovados arranjos de compreensão sociocomunicacional. Finamor (2018) analisa um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, a partir da perspectiva sociocomunicacional.

O MST, assim como outros movimentos sociais, demanda da utilização de seus próprios meios de comunicação para garantir sua visibilidade perante a sociedade e assim lutar pelo asseguramento de seus assentados, e, num panorama maior, da reforma agrária. Atualmente, o movimento reporta suas lutas através do Facebook, Twitter, Instagram, SoundCloud, Rádio, Jornal impresso e digital e de seu Site, produzindo pautas de cunho social e político, contra-hegemônicas, não pautadas na mídia tradicional. A construção comunicacional baseada em pautas de luta do movimento corrobora para a visualização dos modos como as lógicas comunicacionais operam como matrizes importantes das estratégias de existência (social, política, comunicacional) deste movimento. A partir do momento em que o próprio movimento compreende a imprescindibilidade de utilização e uma nova organização comunicacional como possibilidade estratégica de luta em busca da efetivação dos seus direitos, a percepção do mesmo como movimento baseado em uma organização de base sociocomunicacional ganha projeção.

A recuperação histórica ao redor da conceituação e origem dos movimentos sociais no Brasil elucidada parte deste argumento. Para Gohn (2011), os movimentos sociais são entendidos como todas aquelas ações sociais coletivas de caráter

sociopolítico e cultural, que buscam viabilizar formas organizativas das populações para a expressão de suas demandas na luta por conquistas de direitos. Segundo a mesma autora, os movimentos sociais no Brasil conquistaram proeminência nos governos populistas nos anos de 1945 até 1964, período caracterizado pela forte participação social, tendo consequências dentro do processo de redemocratização que viria a ser instaurado no país anos mais tarde. Nesse período, os movimentos sociais reivindicavam lutas de reformas de base, políticas nacionalistas e equipamentos urbanos básicos para a sobrevivência dos grandes contingentes humanos que se deslocavam do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida (GOHN, 2011).

Com o decorrer da história e desdobrar da conquista de direitos, bem como, do surgimento de novos antagonismos de classes (MOGLEN, 2012), distintos movimentos sociais foram sendo arquitetados. A mirada histórica para estes arranjos de luta coletiva demonstra que a comunicação e suas tecnologias foram sendo incorporadas dentro das estratégias organizativas dos movimentos sociais.

Sob o ponto de vista comunicacional, os primeiros movimentos sociais amplamente organizados e reconhecidos no Brasil e na América Latina utilizavam de formas tradicionais de comunicação para sua divulgação e organização interna, como o rádio, o jornal impresso, as revistas e os boletins informativos, assim como ocorreu com o MST nos primeiros anos de sua existência. Porém, estas estratégias comunicacionais passaram a não serem tão efetivas, principalmente pelo grande desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e, principalmente, por consequência da marginalização e criminalização dos movimentos sociais e de suas causas na mídia hegemônica.

Em outras duas pesquisas (RAMOS, 2018; SAGGIN, 2020), nos debruçamos para entender os fenômenos comunicacionais apreendidos e desenvolvidos por um grupo de moradores e ex- moradores em situação de rua de Porto Alegre junto ao jornal produzido por eles, o Boca de Rua. Nossa perspectiva também considera a união e o trabalho deste grupo segundo as premissas dos movimentos sociais, ampliando o horizonte teórico para abordá-lo como um movimento sociocomunicacional. As produções comunicacionais do Boca de Rua são consideradas de relevância social pois apresentam a resistência e a luta dos moradores em situação de rua para combater as injustiças e os preconceitos que enfrentam cotidianamente. Diversos trabalhos

acadêmicos dedicaram-se a estudar as processualidades inscritas no jornal como de comunicação comunitária (CAMARA, 2008; ALLES, 2010; VIANA, 2019, para citar alguns). Neste caso em específico, a produção de comunicação comunitária desponta como estratégia para buscar a visibilização da condição da opressão e a busca pela efetivação dos direitos dos sujeitos produtores deste jornal enquanto cidadãos.

O jornal Boca de Rua se configura como cenário constituinte de um movimento sociocomunicacional na medida em que busca, através da luta socialmente organizada e comunicacionalmente midiaticizada, fazer valer o direito a requerer direitos, pressuposto base para a identificação de qualquer movimento social e, também, do exercício de cidadania comunicativa. O que percebemos, diante das distintas abordagens metodológicas adotadas em nossas pesquisas (observações participantes; netnografia; entrevistas; análise dos produtos comunicacionais, etc.) é que a autogestão e a mobilização – também consideradas marcas importantes da existência dos movimentos sociais – cobra ao cenário observado um deslocamento nas formas de organizar a produção e a ação comunicacional midiática (que é, sem dúvidas, política).

Tanto nas lógicas comunicacionais do MST quanto do jornal Boca de Rua, percebemos traços marcantes de uma existência sociocomunicacional. O principal deles se configura na adição de esquemas mais horizontais e complexos, colaborativos, em detrimento de estruturas verticais e lineares, observáveis na produção midiática hegemônica. Desta reorganização, emergem possibilidades de uma participação efetivamente transformadora, que questiona e obriga o movimentar reflexivo e crítico dos sujeitos partícipes e de suas ações junto ao movimento. A conjuntura organizativa dos movimentos sociocomunicacionais possibilita, então, que traços do popular, do comunitário, de saberes culturais, de subjetividades, de desejos por transformação e emancipação encontrem caminhos para uma constituição política-cidadã pela via comunicacional.

Assim, quando defendemos a insurgência sociocomunicacional como característica marcante dos movimentos sociais gerenciados na contemporaneidade, estamos apontando a presença de movimentos que ampliam modos da existência de renovadas formas para a organização social, alternativas à hegemonia das classes

dominantes e cujas peculiaridades das classes populares tendem a conquistar espaços para resistência e ação política.

Contrapondo a movimentação que negligenciava e, em parte, invisibilizava os movimentos sociais, os fenômenos de digitalização da comunicação iniciados principalmente a partir do início do século XXI, abriram a possibilidade de inauguração de renovadas maneiras de produzir e compartilhar informações, em âmbito global (MALDONADO, 2008; 2015; MARTÍN-BARBERO, 2006). A iminência de processos de digitalização da comunicação serviu de inspiração aos movimentos sociais para a produção comunicacional e divulgação de suas ações, lutas e pautas através das redes digitais.

Ao considerarmos a problemática da midiatização temos o objetivo de compreender como as modificações oriundas dos processos de penetração das lógicas e sistemas de comunicação na esfera social têm, aceleradamente, oferecido renovadas formas de acesso, criação, resistência, circulação e produção comunicacional aos sujeitos contemporâneos, reconfigurando suas habilidades e capacidades comunicacionais em distintas dimensões: socioculturais, socioeconômicas, políticas, educacionais e cidadãs, questões que já foram pleiteadas por diferentes autores (VERÓN, 1997, 2014; CASTELLS, 2011; 2013; SOUSA SANTOS, 2008; CERTEAU, 1994; MATA, 2006).

Todavia, ao analisarmos o âmbito da midiatização junto aos movimentos sociais, esta instância de transição não está conclusa, tampouco, esgotada. Castells (2013), em “Redes de indignação e esperança”, possibilita a visualização do que compreendemos como vestígios iniciais dos movimentos sociocomunicacionais, iniciados na Tunísia entre 2010-2011, durante a Primavera Árabe, período marcado por protestos populares contra os governos ditatoriais instaurados naquele contexto. Esses protestos foram marcados pelo grande uso das redes sociais, principalmente o Facebook e o Twitter para denunciar e convocar a população para manifestações contrárias ao regime, e que receberam grande adesão, acabando por se difundir para os demais países Árabes.

Demarcar que este processo não está conclusa considera que os movimentos sociais ainda necessitam, em diferentes medidas, dos espaços midiáticos alocados nas mídias tradicionais, ou, como temos chamado em nossos trabalhos, hegemônicas. Os

processos da comunicação digital, entre eles os narrados e analisados por Castells (2013) permitiram à sociedade, de maneira ampla, uma produção comunicacional mais horizontalizada, participativa, colaborativa. Características estas que foram carregadas para o cerne dos processos organizacionais e estratégicos dos movimentos sociais.

Nossas pesquisas possibilitam testemunhar processos que vazam as fronteiras midiáticas, entrelaçados junto às práticas de apropriação e produção sociocomunicacional dos sujeitos. Estes, por sua vez, potencialmente criam e recriam, desconstroem e reconstroem experiências sociais variadas frente aos seus cenários concretos. Pode-se compreender que os sujeitos comunicantes (MALDONADO, 2014) são caracterizados por não abrirem mão de suas subjetividades e potencialidades de ação e transformação política sobre o mundo. Suas participações ativas diante dos processos comunicacionais ampliam questões que não podem ser mensuradas, noções de cidadania.

As dinâmicas dos movimentos sociocomunicacionais estudados é reveladora de características marcantes dos mesmos, sendo elas: a) o reestabelecimento do espírito dialógico nos processos comunicacionais desencadeados pelos movimentos sociais; b) a organização horizontal das dinâmicas decisórias e produtivas; c) o aproveitamento de saberes comunitários, colaborativos, identitários, críticos, criativos, éticos, etc.; d) a escuta e a participação concreta dos sujeitos; e) a democratização das possibilidades de expressão de ideais, de requerimentos, de expectativas de vida. Estas características formam um conjunto elementos potencialmente exploráveis em movimentos de natureza semelhante. Avistamos, ainda, que é corrente nos movimentos sociocomunicacionais a busca por questões relacionadas à superação das desigualdades sociais, culturais, econômicas, educacionais, etc., e que estas questões são base das pautas tratadas midiaticamente.

Em síntese, entendemos que a reconfiguração dos movimentos sociais, a partir do panorama de midiaticização da sociedade, realoca-os como movimentos organizados e geridos a partir de lógicas propriamente comunicacionais, que encaminham princípios e formas de atuação (junto à sociedade; à mídia; a outros movimentos sociais; com os sujeitos que compõem o movimento interna e externamente). A própria existência comunicacional dos movimentos (nas redes sociais, na produção de conteúdos, na

circulação de materiais produzidos por eles) constitui as formas como estes espaços amparam suas movimentações contestatórias, a viabilização de suas demandas e a busca por direitos.

A partir das experiências teórico-metodológicas de nossas pesquisas, sustentamos que a análise de movimentos sociocomunicacionais deve se balizar pela observação dos modos de produção comunicacional dos movimentos pesquisados; sua organização estratégica; os modos de distribuição de responsabilidades junto à produção comunicacional; as características herdadas dos meios hegemônicos e que se fazem presentes nas produções avistadas; a presença do diálogo no conjunto da produção comunicacional; a horizontalidade nos processos decisórios embutidos junto à produção comunicacional; as possibilidades de aprendizado comunicacional aos sujeitos inseridos nestes processos, bem como, as habilidades comunicacionais e midiáticas desenvolvidas e/ou potencializadas. É o conjunto destes aspectos que fornecem o lastro argumentativo que sustenta nossa concepção teórica para os movimentos sociocomunicacionais.

REPENSAR A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NO INTERIOR DOS MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS

A compreensão clássica sobre os movimentos sociais os avista como a reunião de pessoas que lutam pela efetivação de seus direitos, nas mais diversas esferas, e que o escopo desta reunião organizada de lutas busca a transformação social consciente para que os objetivos do grupo sejam alcançados (PERUZZO, 2009). O que as pesquisas que realizamos demonstram é que um movimento social, além de abrigar princípios da coletividade, mantém seu funcionamento e sua estrutura em virtude da interface comunicacional interposta como condição de sua existência midiática, premissa substancial dentro do panorama de lutas sociais avistado na sociedade midiaticizada (VERÓN, 1997; 2014; FAUSTO NETO, 2006; 2010).

Focalizando estes postulados diante da análise dos sujeitos que participam dos movimentos sociocomunicacionais por nós investigados (SAGGIN, 2020; FINAMOR, 2018; RAMOS, 2018), percebemos o aparecimento de sujeitos mais engajados, atravessados por elementos de uma renovada cultura política e cidadã, resistente e potencialmente transformadora. Nesse sentido, as argumentações de Castells se aproximam dos entendimentos que construímos, frisando que no centro das

movimentações sociocomunicacionais “a verdadeira transformação estava (*está*) ocorrendo na mentalidade das pessoas” (2013, p.14, *grifo nosso*), ou seja, na construção de uma renovada cultura política e cidadã, fomentada pela participação, pela disputa de espaços de legitimidade, pela horizontalização ao acesso e à produção comunicacional e pela organização sociocomunicacional possibilitada, especialmente, pelo âmbito da mediatização.

Para que os propósitos dos movimentos sejam conhecidos e reconhecidos pelos seus integrantes e também pelo restante da sociedade, surge a necessidade de criação de processos comunicacionais autônomos (PERUZZO, 2010), que escapam das lógicas hegemônicas e garantem a circulação comunicacional imaginada pelos propósitos dos movimentos sociais. Utilizar meios de comunicação alternativos contribui para evitar restrições autoritárias sobre os conteúdos de teor comunitário e/ou transformador. Na processualidade comunicacional anti-hegemônica efetivam-se possibilidades de um comunicar mais participativo, horizontal, emancipador e transformador. Ainda nesta perspectiva, segundo Peruzzo (2009), e justamente por este motivo, o exercício da comunicação no âmbito dos movimentos sociais contribui para a articulação de ações que aprimoram a consciência política dos cidadãos.

O que nossos processos de acompanhamento das processualidades comunicacionais tanto do jornal Boca de Rua, quanto das redes sociais digitais do MST revelam é que estas dinâmicas evidenciam a desigualdade, a violência e as formas de opressão sociais enfrentadas cotidianamente pelos sujeitos que compõem estes movimentos. A expressão comunicacional e midiática permite que estas vivências extrapolem as barreiras do próprio movimento, conquistando maior espaço e visibilidade na esfera pública mediatizada. A própria possibilidade de construção midiática sobre o cotidiano constitui formas de ver, pensar e gerir os movimentos e suas pautas. A comunicação, sua produção e circulação se coloca, então, como estratégia de funcionamento, gestão e encaminhamento de ações dos movimentos sociocomunicacionais.

Se as concepções tradicionais sobre os movimentos sociais já apontavam que os mesmos ampliavam noções políticas, sociais, coletivas e cidadãs junto aos sujeitos partícipes, argumentamos que a inserção da produção comunicacional e midiática como

condição da circulação das ideias destes movimentos dentro do tecido da sociedade midiaticizada potencializa esta construção cidadã. A participação em um coletivo pautado em uma agenda de lutas serve como pano de fundo à constituição da autonomia comunicacional e midiática, que amplia possibilidades do aprendizado comunicacional, político, social e cidadão.

Em nossas pesquisas consideramos a construção de espaços sociocomunicacionais para a organização e resistência à opressão como um *locus* de emergência de uma configuração renovada dos sujeitos, permeada por uma história memorial que avista processos da comunicação como emancipadores, como zonas para a constituição de ações resistentes de natureza política, organizada comunitária e coletivamente por sujeitos e comunidades com expectativas de transformação.

No *locus* sociocomunicacional a existência dos sujeitos não é possível sem o estabelecimento de relações com os outros, quer dizer, com os contextos e com demais sujeitos que convivem e experienciam demandas concretas das problemáticas cotidianas. A construção verticalizante do indivíduo é substituída pela do sujeito epistêmico-coletivo e as subjetividades comunitárias, próprias dos sujeitos, sobressaem-se.

A organização sociocomunicacional corrobora, então, para a recuperação da centralidade das organizações populares e sociais para pensar, planejar e executar políticas de reafirmação das comunidades periféricas como espaços de produção de saberes, de experiências interessantes à organização política, econômica e cultural. Esse deslocamento das formas organizativas da produção comunicacional, do centro à periferia, acaba por conceder espaços para a reformulação do poder popular e comunitário exercido pelos movimentos sociocomunicacionais.

Interessa-nos destacar, ainda, que a conjuntura dos movimentos sociocomunicacionais permite aos sujeitos partícipes escapar às lógicas do que Freire (1987) nomeou por *cultura do silêncio*. Esta cultura é entendida como sendo aquela que embarga a palavra, a expressão, o idioma, a cultura, a arte dos grupos oprimidos, dos movimentos sociais e populares, dos discriminados, das classes subalternas, dos povos colonizados. Contra a cultura do silêncio deve se contrapor a descolonização, a libertação da conscientização frente à opressão. Isso significa dizer que um contra

silenciamento implica em questionar e buscar espaços para *aprender a dizer a sua palavra*, buscar o direito à alfabetização (como uma das primeiras questões freirianas), mas também, a ideia de que povos e grupos têm o direito de ter direitos sobre a expressão de ideias segundo seus próprios valores, culturas, ambientes, vivências, experiências, de acordo e perante os próprios modos que se constituem como seres humanos historicamente entalhados no tempo e no espaço.

Sobre isso, Freire entende que a opressão se manifesta de maneira profunda, compreendendo que a cultura do silêncio subjuga classes dominadas, de modo que elas se “encontram semi-mudas ou mudas, proibidas de expressar-se, proibidas de ser” (1987, p. 49). O embargo à palavra, à expressão da cultura e dos valores próprios de cada grupo oprimido configura também um embargo do ser, pois estas dimensões são constitutivas dele. Sobre essa dimensão severa da opressão, Freire escreveu:

Basta, porém, que os homens estejam sendo proibidos de ser mais para que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, uma violência. Violência real, não importa que, muitas vezes, adocicada pela falsa generosidade a que nos referimos, porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens - a do *ser mais* (FREIRE, 1987, p. 24, *grifos do autor*).

A cultura do silêncio, ou a opressão sobre os sujeitos, confere àqueles que são oprimidos uma condição de roubo da humanidade, de desumanização, de violação ao direito de ser pessoa, de ser agente de sua própria história. Ela carrega tamanha violência a ponto de reduzir grupos oprimidos a uma condição coisificada, alienada, silenciada e não-humana.

Ao asseverar que a “humanização não se fará sem a destruição da sociedade de exploração e da dominação humana”, Freire demarca que a intersecção educação-política é central e fundamental para a conscientização crítica e libertadora. Frente a isso, as dimensões política, pedagógica e comunicativa caminham lado a lado, imbricadas, possibilitando a existência de uma comunicação de resistência, que não consente com a exploração histórica e contínua dos grupos subalternos, dos sujeitos oprimidos. Uma pedagogia para a autonomia, para a libertação, para a cidadania, para a transformação, e que se configura como “um processo de conhecimento, de formação política, manifestação ética [...] prática indispensável dos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta” (FREIRE, 1993, p. 14).

A conquista de espaços comunicacionais e midiáticos, da demarcação da presença das pessoas enquanto sujeitos midiaticamente falantes, ou seja, inseridos em dinâmicas que detêm espaço e legitimidade social, política, econômica e cultural em nossa sociedade demarca um processo importante para a promoção cidadã dos sujeitos no mundo. Se, assim como afirma Freire, a existência humana não poder ser silenciosa, muda, mas falada, expressa, é justamente essa condição que permite aos homens existirem no mundo para transformá-lo. A palavra-ação dita sobre o mundo não transforma somente o mundo, mas também ao sujeito, que sobre o seu dizer incorpora reflexões fundamentais para questionar e modificar sua condição de opressão.

TRANSFORMAÇÕES NAS NOÇÕES TEÓRICAS ENTRELAÇADAS À CIDADANIA COMUNICATIVA

Debater sobre as transformações junto às noções teóricas que tocam o vasto campo de estudo sobre os movimentos sociais implica, no caso de nossas pesquisas (SAGGIN, 2020; FINAMOR, 2018; RAMOS, 2018), entrelaçar as modificações avistadas às próprias mudanças cidadãs compreendidas nesses processos. Neste sentido, é fundamental que se rompa com as ideias sobre cidadania que se alocam numa simplificação castrante de suas potencialidades (MATA, 2006; CORTINA, 2005; MONJE, 2009). Precisamos, ao contrário disso, repensar uma noção de cidadania que englobe a comunicação e seus fenômenos como possibilidades cotidianas e transformadoras, onde os cidadãos não tenham somente garantias de acesso e direito aos meios de comunicação, mas também papel na constituição midiática e comunicacional.

Isso significa reiterar que os próprios entendimentos sobre o papel e o espaço dos sujeitos dentro dos processos comunicacionais encontram-se alargados, sobretudo em cenários de comunicação comunitária e da comunicação efetivada pelos movimentos sociocomunicacionais. Essa noção considera que os processos comunicacionais inaugurados dentro das lógicas dos movimentos sociocomunicacionais permitem que pautas sejam tratadas e produzidas de modo mais horizontal, participativo e embativo, principalmente quando comparadas ao tratamento e ao espaço conferido a estes assuntos junto à mídia hegemônica.

Entretanto, estas modificações não são exclusivamente de agora. Em perspectiva histórica, diante do processo acelerado de urbanização e constituição de uma sociedade de massa, que teve advento no século XX, o domínio dos meios de comunicação tornou-se elemento decisivo para a luta política e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania (MALDONADO, 2015). Corroborando com esse pensamento, Cortina (2005) e Monje (2009) sugerem que para garantir a cidadania, devemos assegurar os direitos de acesso à informação e educação para os cidadãos, o que implicaria numa redução dos riscos sociais e políticos.

Isto ofereceria aos sujeitos, também, o acesso à produção de conhecimento em diferentes âmbitos: sociais, comunicacionais, culturais, etc. Este processo, segundo a perspectiva de Cortina (2005) e Monje (2009), não pode ser tomado como estanque ou particular, tendendo a oferecer aos sujeitos envolvidos e às suas comunidades possibilidades de exercícios e de aprendizado com e para a efetivação da cidadania.

Frente a estes aspectos, pensamos que um conceito contemporâneo de cidadania contemplaria o direito a requerer direitos, e que este requerimento seria mais produtivo à transformação social através dos processos comunicacionais. Nas pesquisas que desenvolvemos, os resultados obtidos demonstram que movimentos sociais que desenvolvem projetos comunicacionais anti-hegemônicos têm oferecido aos sujeitos partícipes de suas atividades possibilidades de emancipação política; de crítica social; de desenvolvimento de renovadas posturas cidadãs; de saberes sobre direitos civis e sociais; das habilidades comunicacionais e midiáticas; de valores relacionados à cidadania, como a solidariedade, a igualdade e o respeito às mais diversas formas de pensamento, entre outras conquistas.

Essas questões se movimentam quando analisamos especificamente o ambiente comunicacional do MST. Nele, tanto usuários pró-movimento quanto contrários ao movimento tem a possibilidade de visualização, interação, diálogo e embate. Evidentemente, essa convivência não é harmoniosa e livre de disputas (tanto de espaço quanto de reconhecimento). Ainda assim, avistamos que é somente através desse encontro, ainda que conflituoso, que inteligibilidades distintas podem confluir e produzir renovados entendimentos sobre o mundo e sobre questões relacionadas às lutas sociais narradas pelo movimento em seu ambiente comunicacional. Nessa linha de

raciocínio, Castells (2011; 2013) complementa nosso entendimento ao argumentar que estes espaços comunicacionais digitais afloram o encontro e embate de conhecimentos múltiplos, que ligam forças e interesses contraditórios, sendo então, um espaço significativo para o exercício da cidadania.

O exercício da cidadania comunicativa também está presente no jornal Boca de Rua. Ao voltarmos nosso olhar aos sujeitos produtores dele, visualizamos que as práticas comunicacionais desenvolvidas dentro do movimento sociocomunicacional no qual são partícipes permitem o desenvolvimento de competências midiáticas e comunicacionais. Elas possibilitam que estes sujeitos sejam capazes de analisar criticamente a mídia hegemônica circundante aos seus contextos, assim como entender as funções do jornal que produzem junto à sua comunidade como um importante prestador de serviços, informando e colaborando para o desenvolvimento de atividades cotidianas da população que acompanha suas produções.

A partir dos postulados teóricos debatidos, bem como, dos resultados de nossas pesquisas, caminhamos para entender a cidadania comunicativa como um conceito mediador e complexo, que se constitui em formato de luta constante pelos movimentos sociais para a conquista de espaços de visibilidade midiática, seja em seus espaços comunicativos próprios, seja na mídia hegemônica. Ainda neste mesmo sentido, para Almeida, Guindani e Morigi (2011, p. 5) a noção de cidadania comunicativa é concebida como aquela ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, que organizam e dependem de uma estratégia de comunicação democrática e de transformação social, e que não é veiculada pelo Estado ou pelas classes dominantes, mas que se constitui como espaço de lutas legitimado no âmbito público.

Sobre isso, enxergamos nos movimentos sociocomunicacionais observados a existência de processos onde as mídias, organizadas e geridas pelos sujeitos comunicantes partícipes dos movimentos, (MALDONADO, 2014) ocupam espaços e, por vezes, cumprem papéis que deveriam ser realizados pelo Estado ou pelos meios de comunicação social hegemônicos. Na inexistência ou inoperância destes, cabe a essas experiências realizar funções sociais que permitem uma existência cidadã aprimorada (tanto para os sujeitos que as produzem quanto para os que dela usufruem), mínima frente a questões que dialogam intimamente com a exclusão e a opressão social.

O domínio sobre os processos comunicacionais, compreendido em nossas investigações como substancial à conquista e exercício da cidadania comunicativa, se coloca como fator decisivo para analisar movimentações mais amplas, de análise e discussão sobre aspectos conformadores dos universos sociais, culturais e políticos que permeiam a existência dos sujeitos. Opondo-se a “cultura do silêncio” que embarga a existência sociocomunicacional das classes discriminadas, populares, oprimidas, o aprender a dizer a sua palavra, defendido por Freire, amplia-se para além da alfabetização, conquistando espaço junto à expressão midiática contestadora de direitos, que reelabora o próprio sentido comunicacional, colocando-o como alternativa central à existência pública e cidadã dos sujeitos e de seus entornos contextuais. Entendemos que os fenômenos analisados em nossas pesquisas alocam-se como experiências formadoras de uma contracultura do silêncio, uma espécie de formação sociocomunicacional que arquiteta e exprime o desenvolvimento de uma consciência desalienada, crítica, autônoma e cidadã de sujeitos, comunidades e movimentos sociais historicamente oprimidos.

Visualizar a presença da atuação dos sujeitos comunicantes (MALDONADO, 2014) é elemento central ao desenvolvimento de uma proposta interpretativa para a cidadania comunicativa. Em nossas investigações, elaboramos abordagens metodológicas que permitissem analisar a presença e a atuação dos sujeitos partícipes dos movimentos sociocomunicacionais. A partir disso, encontramos indícios do que fora argumentado por Tufte (2013), quando citou o “ressurgimento de práticas ‘de baixo para cima’ no interior da construção comunicacional como fator para a transformação social”. O autor cita a ação coletiva de vozes, que mobilizam uma série de valores postos em circulação para a constituição de um arranjo cidadão renovado.

Com base nas experiências que acompanhamos concretamente, tanto nas processualidades comunicacionais das redes sociais digitais do MST, quanto do jornal Boca de Rua, podemos destacar alguns destes valores: solidariedade, respeito, coletividade, valorização do comum, reconstrução de uma noção de pertença, valorização de traços identitários, valorização de vozes marginais, apoio e sustentação das subjetividades. A conquista e exercício da cidadania comunicativa pode ser suportada, então, sobre aspectos que remontam ao seu caráter de construção histórica

(DAGNINO, 1994), que ajudam a dimensionar uma historicidade de lutas e embates travados na esfera pública pelo direito a requerer direitos, por meio de práticas concretas entalhadas na esfera comunicacional e midiática. É importante sublinhar que a comunicação não é compreendida como suporte utilitário, senão como parte inerente dos processos para a emancipação (PERUZZO, 2012) de sujeitos, comunidades e de grupos; e que tampouco pode ser avistada ou tomada sob uma perspectiva de ferramentalização. Longe de um horizonte tecnificado, esvaziado e instrumental, a comunicação está para a cidadania como um caminho tomado reflexivamente para a expressão, exteriorização, para que sujeitos e comunidades possam ser agentes de sua história (GUARESCHI, 2006).

Em resumo, entendemos que uma abordagem conceitual para a cidadania comunicativa produtiva às nossas perspectivas dialoga com a ofertada por Saggin (2020), que a define como:

Direito e condição fundamental para a libertação, a emancipação, a desalienação e a transformação de sujeitos e suas comunidades pela autogestão, produção e circulação comunicacional e midiática fundamentada em princípios e valores cidadãos contestatórios, orientados pela reflexão-ação sociocomunicacional que questiona e procura modificar as condições da opressão socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e educacional (SAGGIN, 2020, p. 506).

Por fim, ao considerar as questões trabalhadas ao longo do artigo, compreendemos a essencialidade de expandir investigações dentro da temática dos movimentos sociocomunicacionais, por considerar que nossos apontamentos ainda são indiciais e, também, por verificar sua essencialidade para os próprios rumos de nossa sociedade e da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLES, Natália Ledur. **Boca De Rua:** representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel; MORRIGI, Valdir. A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa. **Revista Famecos**, v.18, n.3, set/dez. 2011. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10391>;

Acesso em 16 de maio de 2018.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**, v. 15, n. 37, dez/ 2008. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4809>;

Acesso em 22 de maio de 2018.

BONIN, Jiani; SAGGIN, Livia. Perspectivas para pensar as inter-relações entre sujeitos comunicantes e mídias digitais na constituição de cidadania comunicativa. **Conexão – Comunicação e cultura**, v. 16, n. 32, jul./dez. 2017. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/5665>; Acesso em 12 abril 2018.

CAMACHO, Carlos Azurduy. El derecho a la información como práctica de formación y desarrollo de la ciudadanía comunicativa. **Revista Probidad**. n. 24, set 2003.

CAMARA, Guilherme Dornelas. **A Práxis no jornal Boca De Rua**: de “Gente Invisível” a questionadores do mundo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**. O MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança, movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em:

http://www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf; Acesso em: 03 mar 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. As bordas da circulação. **Revista Alceu**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2010. p. 55-69.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mediatização**: prática social, prática de sentido. In: Encontro Da Rede Prosul–Comunicação, Sociedade E Sentido. Unisinos: São Leopoldo, v.1, p. 15, 2006. Anais... São Leopoldo: Unisinos, 2006.

FINAMOR, Thaisy. **O Movimento Sociocomunicacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Facebook: uma análise de práticas de cidadania comunicativa.** Monografia - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47 mai/ago, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>; Acesso em: 3 de maio de 2018.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais, a construção da cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Loyola, 2011.

GUARESCHI, Pedrino. Mídia e cidadania. **Conexão - Comunicação e cultura**, v. 6, n. 9, Caxias Do Sul, 2006.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa.** João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil.** 1. ed. Salamanca Espanha: Comunicación Social y Publicaciones, v. 1, p. 17-40, 2014.

MALDONADO, Efendy. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada.** Traduções de Carlos Frederico Moura da Silva; Maria Inês Coimbra e Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 3, n. 1, p. 5-15, jan-abril, São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y Resistencias.** Exploración em la cultura digital. Buenos Aires: HekhtLibros, 2012.

MONJE, Daniela. Cidadania comunicativa: aproximações conceituais e aportes metodológicos”. In.: Padilla, Adrian.; Maldonado, Efendy. (Orgs.). **Metodologías transformadoras** (...), Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, p. 179-199, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. K. **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@**. In.: XXI Encontro Anual da Compós, 2012. Anais do XXI Encontro Anual da Compós. Juiz de Fora, MG: Compós, 2012. P. 1-15.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **Revista Matrizes**, v. 7, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/69407/71977>; Acesso em: 4 de maio de 2018.

PERUZZO, Cicília. A comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano. **Revista Acadêmica de La Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social**, n.82, set/dez 2010. Disponível em: <http://dialogosfelafacs.net/a-comunicacao-nos-movimentos-sociais-exercicio-de-um-direito/>; Acesso em: 15 de junho 2018.

PERUZZO, Cicília. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, n.17, p. 131-146, jun 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>; Acesso em: 15 de junho de 2018.

RAMOS, Maria Isabel. **Jornalismo Comunitário no Jornal Boca de Rua: Perspectivas para pensar a cidadania comunicativa e os sujeitos comunicantes**. 2018. Monografia - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, 2018.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação comunitária: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa**. 2020. 562f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. **Revista Intercom**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul-dez 2013. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1783/1643>; Acesso em: 16 jul 2016.

VERÓN, Eliséo. Esquema para el analisis de la mediatización. In.: **Diálogos de la Comunicación**. Lima, n.48, out. 1997.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiaticização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**. v. 8, n. 1, jan-jun, 2014. Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, Brasil.

VIANA, Arthur. **Múltiplos singulares**: as inscrições de si da população de rua no jornal Boca de Rua. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VIZER, Eduardo. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In.: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Orgs.). **Mídia e movimentos sociais, linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In.: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais, diálogo para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. **Cidadania comunicativa**: apontamentos escassos de um campo de batalhas. IX Conferencia Brasileira de Mídia Cidadã, 2013.

Recebido em 15 de maio de 2020

Aprovado em 27 de junho de 2020